

Então, diante dessas experiências, a gente desenvolveu na época o parceiro tecnológico. Ou seja, a empresa, essas empresas de base tecnológica que tem capacidade e mentalidade de inovação, é preciso mudar a mentalidade do empresário brasileiro para voltar para a inovação, e olhar quais são os investimentos necessários. Às vezes é fluxo de caixa, às vezes é capacitação, enfim. Não adianta desenvolver um produto, porque quem vai desenvolver o produto é uma empresa, não adianta, não vai ser a universidade que vai fazer o produto. Mas, a gente tem que criar essa nova mentalidade.

O desafio na engenharia, há 35 anos atrás quando eu me formei, quando eu falava que "vamos abrir uma empresa", falava assim de empreendedorismo, "que isso, Cláudia? Eu vou ser consultora, eu vou trabalhar Promon, vou trabalhar na Petrobrás, vou trabalhar em uma estatal", porque eram bons salários.

O investimento industrial do governo, quer dizer, os grandes investimentos industriais no Brasil, começam com o governo, com o recurso estatal. Até privatiza depois, no caso da Embraer, no caso da Vale, mas sempre foram iniciativas de estado.

A gente precisa que o capital para de ser muito remunerado e ele passe a investir em inovação e criação de emprego e renda. E mais, principalmente renda, porque a indústria tem cargos de maior remuneração e quando você tem uma parcela significativa da população recebendo uma renda maior, ela passa a consumir produtos de além das primeiras necessidades. E é isso que a alavanca uma economia mais forte, e não apenas circular moeda. Aa gente tem que recuperar muita a economia circulando a moeda, mas isso não faz a economia crescer, a gente tem que ter indústria.

E a gente tem passado na última década um momento de "primarização da indústria". O que é isso? A gente não está mais produzindo produto com base tecnológica, nem exportando. É só commodities, só vende commodities. Quando tem inovação, vou pegar o exemplo do agronegócio que tem muita tecnologia, e a inovação em grande parte foi levantada pela Embrapa, que é um exemplo fantástico de um centro de pesquisa voltado para o resultado final. Você tem desenvolvimento, georreferenciamento, equipamento de sementeira, de colheitadeira. Vocês não fazem ideia como é que aquilo, cada pedaço do solo que precisa de magnésio, fósforo, você aduba. A gente cresceu em umas 4 vezes a produtividade do agronegócio.

No entanto, isso tudo é processo, e a gente não produz essas máquinas. A gente, na indústria da construção civil, que é uma engenharia bastante inovadora, porque o Brasil é um país desafiador em termo de engenharia civil, muito recorte geográfico, muita ponte, muito porto, as grandes empresas de engenharia ganharam concorrências internacionais nos Estados Unidos e na Europa, e durante décadas a gente não desenvolveu os equipamentos do processo, como fazem outras empresas. A gente vê isso em petróleo. As multinacionais chegam aqui, eles contratam empresas dos seus países, consultoria dos seus países.

Então, o Brasil é um país que precisa fazer um pacto social entre a universidade, o governo e o meio Empresarial. Eu acho que é o único país do mundo que um olha para o outro de forma desconfiada. Os grandes players mundiais trabalham de maneira articulada.

Vou dar um exemplo: a Statoil, quando começou a operar aqui no Rio de Janeiro, em um bloco que ela fazia parte, a ministra de ciência e tecnologia da Noruega foi visitar a Escola Politécnica. Então, você vê articulação entre com o estado. Isso acontece nos Estados Unidos, isso acontece na Alemanha, nos países mais industrializados, na França, enfim. A gente precisa aprender, não reinventar a roda e fazer esse movimento.

Então, eu preciso me ausentar um pouco mais cedo, porque hoje nós temos a Emergência do ex-reitor da UFRJ, Professor Paulo Alcântara Gomes, às 14 horas, e eu preciso chegar um pouco mais cedo, tem que vestir beca, aquelas coisas todas da cerimônia. Mas, o que que eu quero provocar a FINEP aqui, a gente precisa ter uma renovação, um aprimoramento de produtos do passado que precisam ser recuperados.

Então, o que foi dito sobre equipamentos para pesquisa, o PADCT antigo, esses produtos para indústria de criar essa mentalidade, olhar para as indústrias, selecionadas indústrias que podem alavancar. Financiar estudos, porque a FINEP é uma financiadora de estudos, para identificar onde que o Rio de Janeiro tem vantagem competitiva.

Vou dar um exemplo, do Rio de Janeiro. A gente instalou em Resende uma fábrica de carros, mas muito próximo de São Paulo, na fronteira com São Paulo, onde a fabricação de peças está lá. Então, essa isenção, esse incentivo, nessa região, desenvolveu mais São Paulo do que o Rio de Janeiro.

Então, a gente precisa pensar muito bem no que vai investir, que possa realmente trazer mais impostos, mais PIB para o Estado do Rio de Janeiro, senão a gente não consegue fazer investimento em educação, em saúde, enfim, todas as questões de infraestrutura de que o Estado é responsável.

Então, essa inovação do produto ela tem que começar a criar produtos com inovação, e não ficar apenas nos processos. O complexo de saúde é uma oportunidade bastante grande. A gente na Escola Politécnica, junto com Caxias, a UFRJ Caxias, estão desenvolvendo um curso de engenharia biomédica. E não é apenas para construir equipamentos, porque veja que equipamentos já se constrói há muito tempo para os hospitais.

Então, a gente, o Brasil, não vai competir com aquilo que já está em uma indústria consolidada, que já tem desenvolvimento aprimorando a parte de sustentabilidade e inovação, porque a gente está atrasado nisso. A gente tem que pegar as inflexões de inovação. É uma engenharia biomédica que vai construir tecido humano, órgãos humanos para transplante. Então, é um projeto integrado com a área de saúde, com o CCS, eu brinco que muitos estrangeiros vêm para o Rio de Janeiro fazer plástica, por causa do Pitanguy, tinha essa tradição. Eu quero que venha o mundo fazer transplante de órgãos no Rio de Janeiro, descendo no Galeão, indo até Caxias, tendo um hospital voltado para isso, para essa tecnologia, onde a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e o serviço esteja integrado, porque será sempre de uma complexidade tão grande que não tem como, você tem que compatibilizar o sistema humano com o sistema tecnológico.

Então, os parceiros tecnológicos deque lembro muito bem: o PADCT; o antigo REENGE, a gente podia chamar de NOVAENGE - captar investimentos nas escolas de engenharia. A formação em engenharia, hoje, é muito mais cara do que era no passado, porque a gente precisa ter mais equipamentos, mais tecnologia para essa formação. Principalmente, quando a gente tem 50% de cota para ir por insuficiência econômica. Se esse ambiente não estiver dentro da universidade, para dar igualdade de condições, esses alunos não conseguem se desenvolver como os outros da ampla concorrência.

O Recop, também era um programa antigo, que era junto com o Reeng. E o Capprof, que também é um produto na FINEP de capacitação profissional. Isso nos últimos anos sumiu do nosso horizonte.

Então são as minhas sugestões. Agradeço mais uma vez aqui a oportunidade. Escola Politéc está à disposição para colaborar no que for preciso para o desenvolvimento social e econômico do Rio de Janeiro. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elika Takimoto) - Obrigada, Cláudia. Anúncio a presença da vice-presidenta dessa Comissão, Deputada Dani Balbi, para qual eu passo a palavra, antes de passar para o querido Rafael Almada.

A SRA. DANI BALBI - Olá, bom a dia a todas, todos e todes. É um prazer enorme está aqui. Queria saudar a composição dessa Mesa. Queria parabenizar a presidenta desta Comissão, ilustríssima Deputada Elika Takimoto pela iniciativa de convocar a sociedade civil e principalmente a comunidade científica para debater um tema tão importante e necessário a nossa agenda de redemocratização do Brasil. Muitas vezes, quando a gente fala sobre o imperioso desafio que é estabelecer outros parâmetros para as bases democráticas da nossa sociedade, além de obviamente salvaguardar as instituições e os consensos que ora nos organizam, nós falamos de muitas questões que são deveras importantes. Por exemplo, a atenção a comunidades historicamente marginalizadas, a grupos minoritários.

Falamos da valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores. Falamos de reorganização do sistema produtivo. Mas,, também precisamos falar de desenvolvimento científico e tecnológico, que no entendimento desta Comissão, no meu entendimento particular e acredito que compartilhado com a presidenta e os demais membros desta Comissão e com todas e todos os senhores aqui presente, é também uma das agendas prioritárias.

Enfim, tentando ser breve, vou justificar um pouco a urgência, a emergência e a necessidade do debate do financiamento da ciência, da pesquisa e da inovação para essa agenda democrática. Nós sabemos que, desde 2016, pelo menos de forma mais evidente, nós passamos por um processo de interpelação das instituições democráticas e desses mesmos consensos que pavimentaram a nossa democracia. Ataque às trabalhadoras e aos trabalhadores, retiradas de direitos e desfinanciamento das estruturas do Estado; a demissão do Estado do papel de desenvolver as suas forças produtivas, o acúmulo das suas forças produtivas. Por conta disso, se colocando em uma posição subserviente em relação aos interesses do capital internacional, com impactos significativos da cadeia produtiva total do Brasil, com impacto significativo em relação as trabalhadoras e a aos trabalhadores. Com isso nos condenando a uma situação de dependência, de subserviência e com impacto negativo na nossa autonomia. Autonomia, obviamente, democrática, autonomia do Estado Nacional e isso tudo diretamente relacionado a nossa capacidade de promover inovação, de investir em ciência, e de fazer o Estado também nesse sentido, ao mesmo tempo, se consolidar, afirmar o seu papel de indutor do desenvolvimento econômico social humano científico com protagonismo da atenção da atenção das demandas da classe trabalhadora.

Nesse cenário de reconstrução, é com muita alegria que observamos o reinvestimento, ou a tentativa de retomada dos investimentos vultuosos em ciência - o que foi uma característica marcante dos governos populares e democráticos, notadamente, do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Nós vivemos em passado recente uma política de esvaziamento das ações do Ministério de Ciência e Tecnologia, das suas instituições como as universidades, as agências de fomentos e os centros de desenvolvimento de pesquisa, pesquisa básica, pesquisa translacional.

No que se refere ao suporte às iniciativas produtivas do setor privado em articulação com o plano estratégico de desenvolvimento, autonomia e soberania nacional, orientados por uma política do Poder Executivo. Então é muito importante o que observamos hoje, o seja, essa retoma dos investimentos, essa reconfiguração do papel do Ministério da Ciência e da Tecnologia, reposicionamento de também um protagonismo que o Ministério da Ciência e da Tecnologia com suas instituições e agências deve ter na condução desse projeto autônomo soberano.

Identificando por óbvio, as cadeias produtivas de valor que mais tem a ver com a nossa trajetória de produção, com aquilo que a gente pode identificar como as vantagens competitivas. Apesar de eu ser relativamente crítica a essa noção de vantagens competitivas básicas, relacionadas a determinada vocação de determinado país. Mas, também, nesse sentido, identificando aquilo que nós já desenvolvemos aqui e o que ainda precisamos desenvolver para enfrentar inclusive todas as guerras e as tensões produzidas pelo centro do capital, para que nós possamos efetivar aquilo que para nós é muito importante que é a soberania nacional, aumentar o valor da força de trabalho e poder construir saídas e soluções através do desenvolvimento científico e tecnológico. Construindo nesse caminho duas coisas que são fundamentais aqui para encerrar, porque acho que talvez eu tenha me alongado demais, presidenta. Mas para encerrar, primeiro uma retomada do investimento naquilo que é o fluxo produtivo da economia, o fluxo real da economia. O fluxo real da economia está diretamente ligado a produção, a maneira como nós produzimos de forma racional e equilibrada e repito, a partir de um planejamento estratégico organizado por um poder Executivo que entenda a centralidade do investimento em ciência, tecnologia, inovação e que entenda que se assim não for, nós continuaremos capturadas de certa maneira pelos interesses do grande capital internacional. Continuamos como os exportadores de material pouco processado, com baixíssimo valor agregado que tem impactos no valor entregue para a remuneração da força de trabalho, que tem impactos em relação a arrecadação, que tem impactos muito significativos no projeto de país e na possibilidade de atenção as demandas a população brasileiro, tendo em vista o cumprimento primeiro do papel de promotor do bem-estar social de modo geral que deve o Estado cumprir. E depois, nesse sentido, aliado a isso, no mesmo processo, entender que nós podemos a partir disso sair ou pelo menos começar a nos descolar de uma situação histórica que nos foi entregue que é de sermos, estarmos sempre atrás no que se refere ao desenvolvimento ciência, ao desenvolvimento também de soluções de inovação e como eu disse, de produção de altíssimo valor agregado. Recuperando, portanto, a saúde fiscal, recuperando a qualidade da entrada do orçamento, da composição orçamentária geral do governo para que nós possamos avançar naquilo que para nós é muito importante que é o estabelecimento do estado democrático de direitos, agora direitos efetivos para a classe trabalhadora.

Então a ciência, a universidade, as agências de fomentos, as instituições que fazem pesquisa, que se colocam de certa maneira como barreiras a entradas de grandes corporações com interesses internacionais e que em cenários de crise, como nós assistimos, nos deixam desprotegidas e desassistidas. A possibilidade inclusive de fortalecer a ponto de acumular e chegar a um cenário de independência em relação a soluções no campo da saúde, no campo do desenvolvimento tecnológico, no campo do desenvolvimento de software, no campo de tantas outras questões que o Brasil tem condição de fazer a partir de um investimento naquilo que já tem destaque internacional que são, obviamente, as grandes universidades brasileiras, a maioria delas públicas que recebem fomento através das agências como a FINEP, mas também de algumas empresas e de alguns setores da produção de valores, da produção de bens e serviços que são estratégicos para esse processo de desenvolvimento.

Então, queria mais uma vez saudar aqui a iniciativa dessa Comissão. Parabenizar a comunidade científica que está aqui reunida apresentando as suas demandas, e certamente nós sairemos felizes aqui por termos cumprido o nosso papel de organizar essas demandas, provocar o Poder Público e ajudar a consolidar esse projeto autônomo soberano que passa pela valorização do fazer científico, da tecnologia, da inovação e da cadeia produtiva nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Elika Takimoto) - Obrigada, Deputada. Passo a palavra agora para o Rafael Almada, antes do Celso Pansera fazer a apresentação dele.

O SR. RAFAEL ALMADA - Bom dia a todas as pessoas presentes. Queria cumprimentar a Mesa aqui cumprimentando a todas as instituições presentes. É tão importante a gente está em uma Mesa tão representativa, então a gente fica muito horando de o convite para a gente também participar representando aqui o Instituto Federal do Rio de Janeiro. Ai cumprimento as Deputadas pela condução da Comissão, Deputada Dani, Deputada Elika tem feito um trabalho muito importante porque são pessoas que vem da educação e perpassam por todos os outros temas, mas fortalecem sempre a discussão pela educação. E falar de ciência e tecnologia e falar de educação eu acho que tem um fortalecimento muito grande. Muito bom estar aqui também ao lado do presidente da FINEP, Celso Pansera, que eu não tenho dúvida do compromisso dele ao assumir a FINEP de cada vez mais fortalecer a ciência e a tecnologia, inovação, porque já mostrou no seu dia a dia que tem conhecimento pleno dessa área, para que a gente possa avançar em temas extremamente importantes para o país.

Mas obviamente a gente do Rio de Janeiro precisa sempre ficar lembrando dos investimentos necessários no Estado do Rio de Janeiro, eu acho que é um pouco o nosso objetivo aqui. então eu me somo as falas que foram colocadas aqui, mas tem uma preocupação que a gente tem que é exatamente a formação cada vez mais de educação profissional e tecnológica, dos cursos de formação tecnológicas, técnicas, que é uma grande preocupação nossa, nas instituições da rede federal principal, em formação de novos técnicos para atender essa demanda. A Deputada Elika lembrou muito bem, a gente fez um debate

essa semana que fala muito desse mapeamento da educação profissional. Onde estão esses espaços dentro da cadeia produtiva no estado do Rio de Janeiro e que a gente vai demandar cada vez mais mão de obra. E a gente além dos investimentos que a gente precisa fazer nesses espaços para cada vez mais a gente não perca para os outros estados as nossas empresas, as nossas indústrias, mas que a gente também pense na formação desses profissionais.

Então a gente discutiu essa questão da expansão. Eu acho que a FINEP, dentro de toda a sua linha de financiamento, de fomento da inovação, da pesquisa, ela precisa contemplar também essa relação direta com a formação desse quadro necessário de profissionais que a gente possa ter, passando pela formação técnica, pela qualificação e seguindo na graduação e na pós-graduação. Eu acho que isso é importante a gente fomentar.

Reforço também Celso, que a rede federal como um todo, diria não só a rede federal, a gente passou muito tempo necessitando de investimento e de editais da FINEP que a gente pudesse pensar a inclusão dentro das suas ações, a diversidade que a gente tem de ensino, pesquisa e extensão. Eu acho que cada vez mais isso está mais diverso e o institutos federais hoje fazem um papel que se soma a universidade principalmente nessa extensão tecnológica, na criação de novas empresas, startups, hotéis tecnológicos, incubadora de empresas. E uma grande diversidade que existe no país em relação aos institutos é a questão da descentralização. A gente hoje está em municípios que as vezes a gente é o único órgão, instituição do Governo Federal naquela cidade. Então a gente acaba contribuindo muito com o desenvolvimento naquela região. Então talvez linhas de fomento que possam pensar nessas instituições que tem uma verticalização de ensino, 50% das suas vagas são de cursos técnicos. Eu acho que isso pode ser um caminho importante dentro desse olhar que os institutos já nascem de verticalização de ensino, além de pensar extensão tecnológica e pesquisa aplicada.

Eu como sou químico de formação e estava com meu amigo Girão, ontem, em uma atividade da química, me assusta cada vez como a gente perde indústrias químicas. E a gente tem instituições que formam profissionais da química, porque historicamente o Rio de Janeiro tem esse viés, principalmente pela indústria de petróleo, mas os seus desdobramentos dessa indústria de petróleo. E o Rio de Janeiro tem no parque de formação grande profissionais da química e instituições na sua grande maioria que formam profissionais da química. Só que a gente vê cada vez mais essas indústrias indo embora. E quando a gente está falando de geração de energia, quando a gente fala de hidrogênio nas suas mais diferentes cores, mas principalmente hidrogênio verde que fala da sustentabilidade nesse processo de produção, a gente fala da possibilidade da retomada daquilo que era o Comperj e volta com uma nova proposta, e como a gente integra isso tudo. E essa Casa aqui, a Assembleia Legislativa no ano passado, aprovou uma série de legislações que potencializam os investimentos na fixação da indústria de plástica, da indústria química de petróleo e gás, da indústria de fertilizante. Ou seja, está pensando isso tudo e essa Casa tem legislação que trabalha nesse sentido. Eu acho que isso também tem que estar interagindo aí com esses investimentos que a FINEP vai fazer, até porque o Estado do Rio de Janeiro tem esse potencial incrível das instituições e nas áreas de formação.

Então, esses são algumas das contribuições. A gente tem observado também a necessidade dessa colaboração. O Estado do Rio de Janeiro, Celso, a gente criou um fórum das instituições de ensino pesquisa, o Celso até participou de algumas reuniões quando estava na iniciativa da ciência e tecnologia, e até na gestão local aqui na cidade de Maricá. Temos dialogado muito sobre o quanto a união dessas instituições tem potencializado ações em parceria. Então eu acho que assim como a gente tem se disponibilizado para vários ministérios, vamos fazer hoje até uma atividade com o Ministério da Saúde, mas vai ser remarcada, queremos nos disponibilizar também para a FINEP. Para pensarmos em conjunto, com a sua equipe técnica, as potencialidades que temos, o que a gente pode cada vez mais disponibilizar desse potencial que o Rio de Janeiro tem, do qual, eu acho, precisamos cada vez mais aproveitar.

Essas são as contribuições, agradeço o convite, a oportunidade de estar aqui com vocês. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elika Takimoto) - Obrigada, Almada. E, agora, com a palavra, o presidente da FINEP, Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA - Fiz uma apresentação, porque senão a gente não consegue sistematizar as informações. Fixa um pouquinho melhor.

Queria agradecer o convite da Elika, essa amiga querida, que a gente interage há muito tempo já. Somos jovens, mas a gente interage há bastante tempo; a Deputada Dani Balbi do PCdoB, partido da minha Ministra Luciana Santos, com quem eu tenho trabalhado bastante nesses últimos meses, a gente tem interagido bastante; Walter, Cleonice, meu amigo Benito, Girão, Almada, Cláudia, Lígia Bahia, é um prazer falar com todos vocês.

(Apresentação de Data-show)

Isso aqui é o seguinte, eu fiz uma linha do tempo, com o auxílio do Girão, sobre o que é o sistema nacional de ciência, Sistema Científico Nacional. Nós temos um sistema muito recente.

A UFRJ foi fundada em 1920, como universidade. A USP em 1934. Recentemente saiu uma pesquisa em que a USP entrou entre as 100 principais universidades do mundo. A Europa tem universidades há 4, 5 séculos; a América do Norte há 3, 4 séculos; Argentina tem universidades mais antigas que o Brasil. O nosso sistema é um sistema muito recente. Por isso muitas vezes a gente tem o sentimento de cachorro louco, cachorro abandonado, de falar mal do nosso sistema, de não considerar a potência que ele tem, mas também como ele é jovem do ponto de vista da perspectiva histórica.

A FINEP mesmo foi fundada em 1967, vai fazer 46 anos. O Ministério de Ciência e Tecnologia, em 85; a Faerj que, aqui no estado do Rio é a Fap, em 80; o CNPq, em 51; Fundação Oswaldo Cruz, em 1908. Então, é um sistema recente. O Brasil demorou muito para entrar no âmbito científico e da pesquisa etc.

Aqui, a linha do tempo FNDCT, que é o principal fundo da ciência brasileira, que a FINEP faz a secretária executiva, ou seja, ela executa e planeja as ações que são aprovadas pelo conselho diretor, que se reuniu quarta-feira agora, essa semana, lá, em Brasília.

Então nós tivemos uma série de passagens, mas de fato, acho que foi a Cláudia, foi a Lígia Bahia que falaram, o FNDCT existia, mas ele não existia. Ele passou de fato a existir em 97, mas, em 2007, ele teve um salto.

Aqui, a linha do tempo das aplicações dos recursos do FNDCT desde 1999. Vocês podem ver que ele vive, vamos dizer assim, de saltos. Por quê? Porque não consolidou ainda o seu sistema de arrecadação e de execução.

Essa linha vermelha que vocês estão vendo aqui, é a totalidade do arrecadado ano a ano, de 99 até 2023. Mas, a parte vermelha da barra é aquilo que foi arrecadado, que compõe o fundo, mas que não foi destinado para gastar no setor, porque o governo reteve os recursos.

Se nós olharmos bem aqui, por exemplo, nós tivemos em 2006 o Lula fez um compromisso com a comunidade científica que até o final da gestão dele em 2010, aplicaria 100% do FNDCT no setor. E ele de fato cumpriu. Em 2013, onde tem esse salto, esse dente maior, foi quando teve o programa Ciência Sem Fronteira, que houve um gasto grande com recursos no exterior. Depois do impeachment, vocês podem ver aqui, 2016, voltou a barra vermelha, porque é quando começou a se reter os recursos do FNDCT e eles deixaram de voltar ao sistema. E os recursos foram caindo.

Em 2022, teve uma novidade, durante a pandemia, a comunidade científica e muitos de vocês aqui nos ajudaram, a gente fez uma grande mobilização e nós aprovamos uma coisa chamada Lei Complementar 177. A Lei Complementar 177 proibiu o governo de contingenciar os recursos do FNDCT. Mas, o ex-presidente Bolsonaro, de triste lembrança, baixou uma medida provisória, Medida Provisória 1136, no ano passado, em 2022, que restabeleceu o contingenciamento dos recursos do FNDCT. E, agora, durante a transição, que nós participamos e alguns aqui também participaram, nós tiramos como uma resolução da transição do governo Lula, sugerir ao governo o cancelamento da Medida Provisória 1136 e o pronto reestabelecimento dos recursos do FNDCT.